

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.696 - RJ (2019/0052133-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : SAMMY GANDELMANN BOLSOK (PRESO)
ADVOGADO : BÁRBARA GUEDES MUNIZ DE SOUZA - RJ176328
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por SAMMY GANDELMANN BOLSOK contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro de relatoria do Desembargador Fernando Antonio de Almeida (HC n. 0061013-68.2018.8.19.0000).

Depreende-se dos autos que o recorrente está preso preventivamente há mais de 8 meses, pelos crimes de latrocínio e de receptação, previstos, respectivamente, no art. 157, § 3º, *in fine*, e no art. 180, ambos do Código Penal.

O Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus* que visava o relaxamento da prisão preventiva. Eis a respectiva ementa (e-STJ fl. 44):

HABEAS CORPUS - CRIMES PREVISTOS NOS ARTIGOS 157 § 3, IN FINE E ART.180 CAPUT N/F ART.69. TODOS DO CÓDIGO PENAL - ALEGA O IMPETRANTE EXCESSO DE PRAZO PARA ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - DESCABIMENTO DO PLEITO DE RELAXAMENTO DE PRISÃO - DEVE SER AFASTADA, DESDE JÁ, A ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO TENDO EM VISTA QUE O PROCESSO SE ENCONTRA NA FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS - O CONSTRANGIMENTO DEVE SER RECONHECIDO COMO ILEGAL QUANDO O RETARDO OU A DELONGA FOR INJUSTIFICADA E ATRIBUÍDA AO ESTADO - PACIENTE DENUNCIADO JUNTAMENTE COM OUTROS 02(DOIS) CO-RÉUS, QUE SEQUER COMPARTILHAM O MESMO PATRONO, O QUE CERTAMENTE JÁ PODE ACARRETAR UM RAZOÁVEL E JUSTIFICÁVEL RETARDO NO ANDAMENTO DO FEITO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

No presente recurso, o recorrente reitera a alegação de excesso de prazo para o término da instrução criminal, destacando que está preso preventivamente desde 18/12/2017. Requer, ao final, o relaxamento da segregação cautelar.

O pedido liminar foi por mim indeferido (e-STJ fls. 90/91).

Informações prestadas (e-STJ fls. 96/99 e 100/104).

Parecer ministerial pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 106/109).

É, em síntese, o relatório.

Conforme informações extraídas do sítio eletrônico do Tribunal de origem, a instrução da Ação Penal n. 0046638-84.2017.8.19.0004, objeto do presente recurso, encontra-se encerrada, tendo sido os autos conclusos para sentença em 6/6/2019.

Portanto, incide, *in casu*, o enunciado 52 da Súmula desta Corte, segundo o qual, "*encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo*" (Terceira Seção, julgado em 17/9/1992, DJ 24/9/1992).

Ante o exposto, **julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus* pela perda superveniente do seu objeto.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator